

NESTA EDIÇÃO

CRIG avalia mudanças no legislativo federal e define próximos passos, 2

Avaliação do novo quadro legislativo, 2

Deliberação da CVM pode elevar risco na contabilização de contingências tributárias, 3

Relato do Fórum SPED da Receita Federal sobre o eSocial, 3

Disrupção no andar de cima, por Rafael Sasso, 3

Abrasca presente à premiação dos Jornalistas Brasileiros Mais Admirados, 4

Relatório de Sustentabilidade: relate ou explique, 4

Associadas da Abrasca entre indicados e vencedores no IR Magazine Awards Brazil 2018, 4

Notas, 5

Light poderá realizar oferta de ações

Valid compra empresa de agritech

Cosan estuda incorporação da Cosan Logística

GOL inaugura laboratório de inovação tecnológica

Gente, 6

Presidente do BB renuncia para assumir comando da Cielo

Semana no Congresso, 6

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018/2019, 7

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho -

3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

CRIG avalia mudanças no legislativo federal e define próximos passos

Participantes: Alexandre Dutra Lopes (Itaú-Unibanco), Alexandre Fischer (Abrasca), Alfried Plöger (Melhoramentos), Angela Kulaif (Abrasca), Daniel Mendonça (Energisa), Denis Aquino (Itausa), Eduardo Lucano (Abrasca), Felipe Daud (Ambev), Flavio Maia (PCPC/Abrasca), Glaucia Dardis (Itaú-Unibanco), Irineu Govea (Itausa e Duratex), Maria Cecília Neves (Suzano), Nilson Araujo (Abrasca), Pablo Gubert (Telefonica), Renato Berger (Berger Advogados) e Rodrigo Moccia (Ambev).

A reunião foi aberta no dia 18 de outubro pelo presidente da CRIG, Felipe Daud, que agradeceu aos representantes do escritório Stocche Forbes, pela recepção e passou a palavra à coordenadora da Comissão, Angela Kulaif.

Angela apresentou, em linhas gerais, os resultados das eleições no legislativo federal, com ênfase nos aspectos que, na sua avaliação, seriam os mais relevantes para caracterizar o ambiente político na nova legislatura para os temas Abrasca, até chegar ao que seria possível identificar de mais positivo ou negativo para cada tema no cenário político pós-eleições.

GT Tributação de Dividendos e JCP

Trazendo a discussão para o primeiro tema prioritário, o presidente Felipe Daud e o coordenador do GT Tributação Lucros, Dividendos e JCP, Irineu Govea, retomaram os pontos que ficaram acordados na reunião anterior, com relação ao levantamento de informações sobre alíquotas efetivas de tributação e ao encaminhamento de propostas.

Várias considerações foram feitas pelos presentes a respeito do tipo de levantamento de informações e estudos a serem conduzidos com a finalidade de se definir uma proposta de alíquotas de tributação corporativa e de pessoa física. Concluiu-se que o trabalho deverá ser desenvolvido tendo como foco a competitividade da tributação a ser estabelecida no Brasil em relação aos demais países, em termos de alíquotas nominais das duas tributações (pessoa física e pessoa jurídica), da proporção entre elas e das deduções permitidas em cada caso, em cada jurisdição.

Quanto à possibilidade de encaminhamento imediato de propostas ao

Congresso, a conclusão foi de que a renovação legislativa foi muito grande, eliminando o cenário, originalmente pensado como possível, de aceleração de reformas ainda no final de 2018.

GT Central de Balanços

Felipe Daud perguntou ao coordenador do grupo se havia evoluído a ideia de formar um grupo ampliado, com o envolvimento de empresas menores, para o encaminhamento conjunto da proposta à CVM.

Eduardo Lucano, que coordena esse GT, informou que não houve evolução daquela ideia, mas houve mudanças positivas na conjuntura que envolve o tema. A Abrasca foi convidada e participou de uma reunião da Receita Federal sobre o SPED, no começo de outubro, na qual foi apresentada a Central de Balanços que é parte integrante daquele sistema e que entrou agora em prioridade para ser desenvolvida. Lucano salientou que, embora a proposta da Receita tenha pontos que comportam melhorias, a iniciativa no geral permitirá um avanço bem mais rápido no encaminhamento da proposta da Abrasca, porque não será mais necessário tratar, em uma eventual proposta legislativa, da criação de uma Central, mas apenas de reconhecer, para fins da satisfação da obrigatoriedade legal de divulgação das demonstrações financeiras, a validade da publicação na Central criada pela Receita.

Nesse ponto, então, ficou decidido que o melhor será encaminhar, através dos canais que a Abrasca já possui, as propostas de melhorias no modelo de Central de Balanços da Receita Federal e contribuir para o andamento da sua implantação. No futuro, pretende-se levar adiante a proposta de alteração pontual na legislação. Renato Berger comentou que a ideia de usar o SPED como suficiente para cumprir outra obrigação já foi usada com sucesso no passado, especificamente na autenticação de documentos perante a Junta Comercial, que passou a ser dispensada a partir da entrega dos documentos no SPED.

Adicionalmente, manteve-se a decisão de dar andamento à iniciativa de identificar novos interlocutores, inclusive novas empresas, de modo a reunir um espectro mais amplo de perfis de companhias listadas em Bolsa, para testemunhar a importância da mudança pretendida pela Abrasca.

GT Desconsideração da Pessoa Jurídica

Com a palavra, o coordenador do GT Renato Berger expôs a sua avaliação de que vale manter, e levar adiante imediatamente após o 2º turno das eleições, a proposta do GT de procurar a Fiesp e a CNI, para uma conversa com o senador Armando Monteiro e em conjunto levar à presidência da Câmara o apoio à aprovação do texto já aprovado no Senado para o PL 3401/16.

Nesse ponto, Eduardo Lucano opinou que seria interessante entrar em contato com Fiesp e CNI para atuar conjuntamente. Ficou combinado que seria agendado um encontro em Brasília, de representantes da Abrasca e da CNI, bem como seria programado um encontro com a Fiesp, para o encaminhamento de uma ação conjunta das entidades junto à Câmara dos Deputados.

GT Código Comercial

Na última apresentação da reunião, o presidente da CRIG e coordenador do GT, Felipe Daud, informou que, a despeito de novo substitutivo apresentado pelo relator da matéria no Senado, não há providências a serem adotadas no momento.

No encerramento dos trabalhos, o presidente da CRIG agradeceu a todos pela participação, lembrando que a próxima reunião está marcada para o dia 28 de novembro de 2018, das 9h30 às 12 horas, no Pinheiro Neto Advogados.

Avaliação do novo quadro legislativo

O quadro geral do resultado dos partidos nas eleições do 1º turno mostrou que, considerando todos os cargos em disputa, o PT conseguiu o melhor desempenho elegendo 153 candidatos, seguido do MDB, PSL, PP e PSDB, que elegeram 149, 140, 121 e 112 candidatos, respectivamente. O número de partidos com representação na Câmara subiu de 25 para 30 e, no Senado, de 17 para 21, o que afetará tanto o universo dos acordos entre partidos como a definição das novas lideranças.

De um lado o PSL aparece como a grande novidade no cenário político, mas de outro o PT continuará sendo interlocutor com relevância, tendo deslocado o MDB da posição de partido que tradicionalmente elege mais can-

didatos. Por consequência, o Executivo federal, seja do PT ou do PSL, terá que compor com terceiros partidos para se contrapor ao seu principal adversário, com o qual, ainda assim, terá que negociar.

Quanto às mudanças no Congresso, a partir da exposição de diferentes indicadores mostrando a renovação na Câmara e no Senado, alguns aspectos ganham destaque em relação a outros.

O primeiro destaque, segundo o presidente do Conselho da **Abrasca**, Alfried Plöger, foi de que a renovação mais acentuada aconteceu nas lideranças dentro de cada Casa Legislativa, com o afastamento de nomes tradicionais e sem uma perspectiva clara de quem serão os novos protagonistas nas duas Casas.

O segundo destaque, comentado por Eduardo Lucano e Irineu Govea, refere-se ao fato de que vários dos nomes novos na Câmara e no Senado são de atores já anteriormente presentes no cenário político, em outros cargos eletivos (como senadores que voltam agora como deputados, ou governador que volta como senador, e assim por diante) ou por parentesco, de modo a verificar-se uma renovação bem mais restrita quando esse fator é considerado.

A seguir, foram feitos comentários sobre o perfil de alguns deputados federais: reeleito, Alessandro Molon (PSB-RJ), pela posição convergente à da **Abrasca** sobre o Código Comercial; eleito, Marcel Van Hattem (Novo-RS), por ter formação diferenciada e experiência legislativa como vereador no Rio Grande do Sul, com interesse declarado em temas econômicos e com posições firmes para questões tributárias; e eleito, Kim Kataguiri, que em sua apresentação como candidato fala em digitalização de processos nas juntas comerciais e cartórios, mostrando preocupação com fatores que levam a **Abrasca** a defender o projeto da Central de Balanços.

No novo governo, existirão desafios, como a eventual centralização excessiva decorrente da já anunciada junção de ministérios na área econômica (Planejamento e Fazenda em um único novo ministério) e as necessidades de elaboração de propostas tecnicamente bem fundamentadas em torno das quais exista coesão no setor privado para garantir o resultado final.

Deliberação da CVM pode elevar risco na contabilização de contingências tributárias

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou em audiência pública, no dia 25 de outubro, minuta de deliberação que aprova a Interpretação Técnica ICPC 22 sobre tratamento de incerteza de tributos sobre o lucro, que entra em vigor a partir de janeiro do próximo ano. Sugestões e comentários devem ser enviados à CVM até o dia 26 de novembro, preferencialmente pelo e-mail AudPublicaSNCO218@cvm.gov.br.

A Interpretação do CPC, que tem por base a IFRIC 23 (Interpretações das Normas Internacionais de Relato Financeiro), esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

“Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação”.

A CANC e a COJUR farão reunião conjunta sobre o tema a ser brevemente convocada.

Relato do Fórum SPED da Receita Federal sobre o eSocial

A RFB – Receita Federal do Brasil - realizou mais um Fórum do SPED sobre o eSocial, no dia 17 de outubro, em Belo Horizonte. As apresentações foram realizadas pelo Coordenador do eSocial, Samuel Kruger e pelos auditores Claudio Maia e Adilson Bastos.

As apresentações e anotações da reunião realizadas se encontram nos seguintes links:

- Plenária GT Piloto eSocial – 17/10/2018 – Adilson Bastos: <https://goo.gl/4KX8BD>.
- Fechamentos 08 e 09 – 1º Grupo 17/10/2018 – Claudio Maia: <https://goo.gl/LsSaJz>.
- Anotações realizadas na reunião: <https://goo.gl/EYnbNq>.

Disrupção no andar de cima

Por Rafael Sasso, Empreendedor Digital, Investidor Anjo e Professor

Que a tecnologia está acabando com as assimetrias de informação, não é novidade. Diversos tipos de soluções estão mudando radicalmente a forma como interagimos com o mundo e a forma de se fazer negócios. Informação e conhecimento estão alterando materialmente nossas vidas e hábitos enquanto as projeções de futuro da cultura e das áreas dentro de uma organização, assim como seu próprio core business, estão mais incertas. De fintechs e tecnologias para RH a mudanças no mercado de energia, passando por carros autônomos, inteligência artificial, saúde, biotecnologia e até neurociência, diversos setores e áreas de conhecimento estão sendo afetados e colocadas em cheque suas certezas. A abundância de informações disponíveis está transformando a capacidade de gerir uma organização. Mas, como diria Salim Ismail, autor de Organizações Exponenciais (HSM no Brasil) e um dos fundadores da Singularity University, a grande questão hoje para a gestão é como fazer CEOs tradicionais pensarem diferente.

Para reagir a essas transformações é necessário entender as forças que ameaçam e transformam seu negócio. Seja na indústria financeira, na logística ou no agronegócio, todos os setores estão expostos a revolução digital que está acontecendo. Estão em jogo a competitividade e, muitas vezes, a continuidade dos negócios. Dessa forma, não apenas garantindo a capacidade dos executivos assimilarem a inovação e transformação digital, faz-se necessário compor Conselhos de Administração que também reflitam este novo mundo.

Muitas empresas estão reorganizando seus conselhos e trazendo pessoas de diversos backgrounds ligados diretamente ou não a inovação e tecnologia. São nomes de executivos ou empreendedores de startups que se tornaram referência ou com esse papel mais “digital” em grandes empresas que estão sendo convidados para essas cadeiras para trazer esse mundo que passa por tecnologia, modelos de negócio e até a experiência do cliente, para dentro do conselho. Além de entender que nem todas as inovações são tecnológicas e

que tecnologia não é sinônimo de inovação, os processos de seleção de conselheiros precisam ser repensados. Não apenas do ponto de vista de se ter profissionais com conhecimento, mas também levando em conta a mudança no conjunto de quesitos de um “currículo”, mesmo para as outras funções no conselho, que seja capaz de entender as transformações do mundo e seus impactos na organização e no seu jeito de fazer negócios. Afinal, independentemente, e até antes, de ter alguém de inovação e tecnologia no conselho, mais importante se faz, que os outros conselheiros tenham a preocupação e skills que os permitam entender as discussões e o que está no entorno de suas atuações. Ou seja, no momento em que vivemos, é essencial pensar na composição dos conselhos de administração incluindo pessoas desse novo mundo. Mas também é imperativo investir na adaptação dos outros perfis ao Mindset digital e de inovação.

(Publicado no Jornal DCI, em 23/10/18)

Abrasca presente à premiação dos Jornalistas Brasileiros Mais Admirados

Alfried Plöger, presidente do Conselho Diretor da **Abrasca**, estará presente à premiação dos “Mais Admirados Jornalistas Brasileiros da imprensa de Economia, Negócios e Finanças”, no próximo dia 12 de novembro, no Renaissance São Paulo Hotel.

Serão homenageados, na oportunidade, 52 profissionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, além dos veículos Valor Econômico, Exame, Agência Estado, Jornal da CBN, Conta Corrente (GloboNews) e Infomoney, eleitos os mais admirados do País por jornalistas e profissionais do Brasil inteiro.

Relatório de Sustentabilidade: relate ou explique

A B3 apresenta os resultados do segundo ano da iniciativa *Relate ou Explique* para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Realizado em parceria com a Global Reporting Initiative (GRI), a iniciativa apresenta os esforços das empresas listadas na B3 em publicar relatórios de sustentabilidade ou integrado levando em conta os ODS, um conjunto de 17 objetivos globais definidos em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A iniciativa é voluntária e aberta a todas as empresas listadas, somando 437 companhias em 2018. Destas, 169 responderam ao questionário, o equivalente a 39% do total das listadas na B3. Do total de companhias respondentes, 26% divulgam seus relatórios considerando os ODS, estão elaborando, pretendem ou estão estudando a possibilidade de como considerá-los em seus relatórios.

“Passamos a realizar esta busca pois na experiência do nosso dia-a-dia com as companhias, havia mais empresas correlacionando os ODS em seus relatórios do que as que participaram na pesquisa. Além disso, é uma forma de incentivarmos as companhias a tornar os seus dados públicos, criando mais transparência para o investidor”, explica Sonia Favaretto, diretora de imprensa, sustentabilidade, comunicação e investimento social da B3.

Outra novidade é que as informações que antes eram divulgadas em Power Point, agora passam a ser disponibilizadas em Excel, em alinhamento aos estudos que a B3 está realizando em parceria com a Columbia Center for Sustainable Investment (CCSI) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Faculdade Getúlio Vargas (FGVces) sobre Big Data e inteligência artificial. O estudo conclui que os dados divulgados dessa maneira são mais facilmente capturados pelos investidores.

Para visualizar o resultado completo do *Relate ou Explique* para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, basta acessar o Banco de Dados no site da B3 com os links para os relatórios das empresas.

O *Relate ou Explique* para os Objetivos do Desenvolvimento Responsável (ODS) foi reconhecido como um dos 10 cases vencedores do “**ISARHonours**”

(Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting da UNCTAD), uma nova iniciativa da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) para reconhecer as boas práticas na área da sustentabilidade e reporte dos ODS por companhias.

Código Abrasca – A prática do “*Aplique ou Explique*”, espelhada no mercado britânico, foi introduzida pela **Abrasca**, no Brasil. E o primeiro documento oficial sobre a prática é o Código de Autorregulação da **Abrasca**, de 2012.

Associadas da Abrasca entre indicados e vencedores no IR Magazine Awards Brazil 2018

A IR Magazine anunciou, no dia 24 de outubro, os vencedores do IR Magazine Awards – Brasil 2018, premiação anual que celebra a atividade de RI e reconhece a excelência em transparência e comunicação com investidores. Na edição – Brasil, a novidade foram as categorias de prêmios por indicação, que deram aos profissionais e às empresas a oportunidade de se indicarem, ou a seus pares, e foram abertas a todos os profissionais e equipes de RI de qualquer empresa listada.

Os seguintes profissionais e companhias associadas à **Abrasca** foram indicados:

Melhor programa de Relações com Investidores – mid-cap

- Cosan
- Energisa
- Via Varejo

Melhor programa de Relações com Investidores – large cap

- Bradesco – VENCEDOR
- Petrobras
- TIM Participações
- Vale

Melhor executivo(a) de Relações com Investidores – mid-cap

- Phillipe Casale – Cosan
- Nora Lanari – Localiza – VENCEDOR

Melhor executivo(a) de Relações com Investidores – large cap

- Andre Parize – Banco Santander Brasil
- Carlos Firetti – Bradesco – VENCEDOR
- Felipe Pessuti – Copel
- Vicente Ferreira – TIM Participações
- Paulo Polezi – WEG

Melhor RI por CEO ou CFO – mid-cap

- Eugênio Mattar – Localiza

Melhor RI por CEO ou CFO – large cap

- Sergio Rial – Banco Santander Brasil – VENCEDOR
- Adriano Rudek de Moura – Copel
- Marcelo Bacci – Suzano Papel e Celulose
- Fabio Schvartsman – Vale

Melhor governança corporativa

- Banco do Brasil
- Copel
- Petrobras
- Vale – VENCEDOR

Melhor encontro com investidores

- Suzano Papel e Celulose
- Petrobras
- TIM Participações

Melhor uso da tecnologia

- Bradesco
- Cielo – VENCEDOR
- Gerdau
- Vale

Notas

Light poderá realizar oferta de ações

O presidente e diretor de Relações com Investidores da Light, Luís Fernando Paroli Santos, está convocando os acionistas para AGE, que será realizada no dia 22 de novembro. O objetivo é alterar o estatuto social para viabilizar uma eventual oferta primária de ações, o que poderá acarretar a pulverização do capital da companhia. A oferta deverá ser realizada com esforços restritos de distribuição, no Brasil e no exterior.

No comunicado, Luís Fernando Paroli, explica que foram recebidas Notificações de Intenção de Exercício de Opção de Venda da Rio Minas Energia Participações, do BB-Banco de Investimento, da BV Financeira e do Banco Santander, o que acarretará, se consumada, na extinção do bloco de controle da companhia.

Há ainda a possibilidade dos acionistas integrantes do bloco de controle (CEMIG, RME e Luce Empreendimentos e Participações) realizarem alienação de parte de suas ações no mercado secundário. “A realização da eventual Oferta e a Extinção do Bloco de Controle poderão pulverizar o capital social da Light, sem que qualquer acionista ou grupo de acionistas detenha, individualmente ou em conjunto, participação superior a 50% do capital social da empresa e sem a existência de um acionista controlador” diz Paroli.

Valid compra empresa de agritech

A empresa anunciou a aquisição de 51,8% da Agrotopus, startup focada em

soluções corporativas para a área de agronegócio. Com a operação, a Agrotopus se torna uma linha de negócios da Valid especializada em soluções inovadoras para toda a cadeia produtiva agrícola e pecuária. O negócio foi fechado por R\$ 6,5 milhões. A base de clientes da Agrotopus são as cooperativas de café que somam 12% do mercado brasileiro.

Cosan estuda incorporação da Cosan Logística

O diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Cosan, Marcelo Eduardo Martins, divulgou comunicado informando que está sendo avaliada a viabilidade de incorporação da Cosan Logística. O objetivo é simplificar e otimizar a estrutura societária do grupo e reduzir custos operacionais. Com a incorporação, a Cosan passará a ser acionista controladora da Rumo, com a manutenção do controle indireto pela Cosan Limited.

GOL inaugura laboratório de inovação tecnológica

A empresa inaugurou uma nova unidade de negócios focada em desenvolver tecnologia e inovação para produtos e serviços. A GOLlabs, localizada em São Paulo, reúne profissionais de diferentes setores da companhia, como Marketing, Aeroportos, Desenvolvedores, Designers, Product Owners e Scrum Master. O objetivo é desenvolver soluções tecnológicas que melhorem a experiência de voo dos 32 milhões de clientes da empresa.



Educação Profissional
Continuada da Abrasca



Melhores Práticas de Elaboração de Demonstrações Financeiras e Negócios em Conjunto

Investimentos, Consolidação, Divulgação e Demonstração do Fluxo de Caixa
13 e 14 de novembro de 2018

INSCREVA-SE! (21) 2223-3656 ou milton@abrasca.org.br.

Saiba mais em www.abrasca.org.br/eventos/EPC.

DESENVOLVER EXPERTS ESTÁ EM NOSSO DNA.

Gente

Presidente do BB renuncia para assumir comando da Cielo

O Banco do Brasil divulgou comunicado informando que **Paulo Rogério Caffarelli** renunciou aos cargos de presidente e membro do conselho de administração. Ele deixará a instituição no dia 1º de novembro para assumir a presidência da Cielo no próximo dia 05, conforme informou a empresa de meios de pagamentos. “Na Cielo, Caffarelli inicia sua jornada com todas as ferramentas necessárias para impulsionar as entregas e os resultados, com foco no incremento da competitividade e no contínuo investimento em inovação” acentua a empresa em comunicado ao mercado.

Paulo Caffarelli será substituído por **Marcelo Augusto Dutra Labuto**, funcionário de carreira do banco, que exercia a vice-presidência de Negócios de Varejo no BB desde 2016. Anteriormente foi Presidente da BB Seguridade Participações S.A.; Diretor de Seguros, Previdência Aberta e Capitalização, entre outros cargos.

Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados** para a semana de **29 de outubro a 02 de novembro de 2018**:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

- **Participação do Capital Estrangeiro.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.724/2015 que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para elevar a participação máxima permitida do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo. **Acesse em:** <https://goo.gl/FJmdPW>.

- **Cadastro Positivo.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei Complementar nº 441/2017 que altera a Lei do sigilo bancário e a Lei nº 12.414/2011 (disciplina a formação de histórico de crédito) para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores. **Acesse em:** <https://goo.gl/z3BkXh>.

Comissões

Comissão de Minas e Energia (“CME”)

A CME realiza em 31 de outubro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

- **Exploração de Petróleo Independente.** O Projeto de Lei nº 4.663/2016 trata da exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes. O relator deste projeto é o deputado Simão Sessim (PP-RJ). **Acesse em:** <https://goo.gl/CfEsuH>.

- **Mercado Livre de Energia Elétrica.** O Projeto de Lei nº 2.987/2015 altera a Lei nº 9.074/1995 (Lei que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos), para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica. O relator deste projeto é o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/GtmXRv>.

Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)

A CFT realiza em 31 de outubro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

- **Fraude.** O Projeto de Lei nº 2.458/2015 dispõe sobre mecanismos de prevenção contra fraudes envolvendo o uso indevido de nomes empresariais, marcas e outros sinais distintivos de instituições financeiras. O relator deste projeto é o deputado Marco Antônio Cabral (PMDB-RJ). **Acesse em:** <https://goo.gl/2bVC7S>.

- **Tributação de Empresas Recém-Criadas.** O Projeto de Lei Com-

plementar nº 212/2015 altera a Lei do Simples Nacional para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos para as empresas recém-criadas, visando incentivar o empreendedorismo e a formalização de empresas já existentes. O relator deste projeto é o deputado Edmar Arruda (PSD-PR). **Acesse em:** <https://goo.gl/HpLKxQ>.

- **Aspecto Tributário. MPE.** O Projeto de Lei Complementar nº 329/2016 altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa para incluir o aspecto tributário na fiscalização orientadora de microempresas e empresas de pequeno porte. O relator deste projeto é o deputado Covatti Filho (PP-RS). **Acesse em:** <https://goo.gl/eiSnG5>.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJC”)

A CCJC realiza em 31 de outubro, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

- **Multipropriedade.** O Projeto de Lei nº 10.287/2018 altera o Código Civil e a Lei dos Registros Públicos, para tratar sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. O relator deste projeto é o deputado Herculano Passos (MDB-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/MQ7mZK>.

- **Sociedade por Ações. Regime Simplificado de Publicidade.** O Projeto de Lei nº 7.609/2017 altera a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) para ampliar para R\$ 10.000.000,00 o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários. O relator deste projeto é o deputado Covatti Filho (PP-RS). **Acesse em:** <https://goo.gl/wS27Qi>.

SENADO FEDERAL

Comissões:

Comissão de Serviços de Infraestrutura (“CI”)

A CI realiza em 30 de outubro, às 9 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• Aplicação da CIDE-Combustíveis em Projetos de Infraestrutura.

O Projeto de Lei do Senado nº 11/2013 altera a Lei nº 10.636/2002 (Lei da Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural, álcool combustível e seus derivados) para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. O relator do projeto é o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). **Acesse em:** <https://goo.gl/PTa4Vs>.

• Investimentos Público em Infraestrutura.

O Projeto de Lei do Senado nº 235/2014 altera a Lei do Sistema Nacional de Viação para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos. O relator do projeto é senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). **Acesse em:** <https://goo.gl/2mFzKT>.

• Licitação. Energia Elétrica. O Projeto de Lei do Senado nº 107/2017 modifica o art. 2º da Lei de

comercialização de energia elétrica para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia elétrica produzida em empreendimentos com mais de um tipo de fonte renovável de geração. O relator do projeto é o senador Roberto Muniz (PP-BA). **Acesse em:** <https://goo.gl/3JCquB>.

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

A CAE realiza em 30 de outubro, às 10h40min, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

• Parcerias Público-Privadas.

O Projeto de Lei do Senado nº 337/2012 permite a redução da contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado em Parcerias Público-Privadas em função da receita obtida nas concessões patrocinadas. O relator deste projeto é o senador Otto Alencar (PSD-BA). **Acesse em:** <https://goo.gl/rGTXiB>.

NOVOS PROJETOS DE LEI

Seguem abaixo as novas propo-

sições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que são de interesse ao ambiente empresarial.

Câmara dos Deputados

• Banda Larga em Área Rural.

O Projeto de Lei nº 10.900/2018 altera a Lei Geral de Telecomunicações e a Lei que Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para autorizar a aplicação de recursos do FUST para massificar o acesso à banda larga, especialmente nas áreas rurais. **Acesse em:** <https://goo.gl/CPfWze>.

Senado Federal

• Execução Fiscal.

O Projeto de Lei do Senado nº 417/2018 delega ao Poder Executivo a atribuição de estabelecer o valor mínimo para que a execução fiscal empreendida pela Fazenda Nacional tenha curso no âmbito da Justiça Federal, observando critérios de racionalidade, economicidade e eficiência ao ser estabelecido novo patamar para arquivamento de execuções. **Acesse em:** <https://goo.gl/kqte6d>.

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018/2019

Evento	Data	Local
Reunião do Conselho Diretor	29/11/18	Lobo De Rizzo Adv (SP)
Reunião da Diretoria	17/01/19	BMA Advogados (RJ)
Reunião da Diretoria	14/03/19	SP
Reunião do Conselho Diretor	02/05/19	SP



IFRS DAY

Educação Profissional
Continuada da Abrasca



IFRS DAY
Arrendamento Mercantil

27 de novembro de 2018, em São Paulo
(Com possibilidade de participação remota)

INSCREVA-SE! (21) 2223-3656 ou milton@abrasca.org.br.

Saiba mais em www.abrasca.org.br/eventos/EPC.

DESENVOLVER EXPERTS ESTÁ EM NOSSO DNA.